

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O ruído provocado pelo tráfego na Ponte 25 de Abril afetava, em 2010, 100.460 pessoas (92.799 na margem norte do rio Tejo e 7.661 na margem sul), segundo o mapa estratégico de ruído publicado pela Lusoponte, Concessionária para a Travessia do Tejo, SA, em outubro de 2009, e retificado em abril de 2010. O mapa de ruído concluía também que mais de 3 por cento do universo de pessoas afetadas pelo ruído da ponte estavam expostas a níveis de ruído superiores aos limites legais.

No documento, a empresa admite que o ruído provocado pelo tráfego rodoviário advém de “o piso das faixas de circulação no tabuleiro da Ponte apresentar singularidades específicas”, designadamente, “grelhagem com troços abertos e outros preenchidos parcialmente”. A concessionária identifica, portanto, que o ruído do tráfego está relacionado com as características do tabuleiro rodoviário da ponte.

Mais de 10 anos depois da aprovação do Mapa Estratégico de Ruído da Ponte 25 de Abril pela entidade competente, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Lusoponte ainda não elaborou o respetivo plano de ação, exigido por lei, onde deve identificar as medidas de minimização de ruído a implementar.

Entretanto, o mapa estratégico expirou: o Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, exige a sua reavaliação e alteração a cada cinco anos, a contar da data de elaboração. O mesmo se aplica aos planos de ação. Compete às entidades concessionárias de infraestruturas de transporte rodoviário elaborar e rever os mapas estratégicos de ruído e os respetivos planos de ação. A Lusoponte está, portanto, em incumprimento no que respeita à reavaliação e alteração do Mapa Estratégico de Ruído da Ponte 25 de Abril, bem como à elaboração do respetivo plano de ação.

Recentemente, a Comissão Europeia instaurou uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia contra Portugal por incumprimento das suas obrigações em matéria de mapeamento do ruído e elaboração de planos de ação, situação que motivou o envio de questões escritas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática

(Pergunta 3716/XIV/1) e ao Ministério de Infraestruturas e Habitação (Pergunta 3717/XIV/1).

### **Responsabilidade pelas intervenções de minimização de ruído na Ponte 25 de Abril**

As razões que explicam o atraso na elaboração e aplicação do plano de ação pela Lusoponte podem estar relacionadas com o elevado custo das intervenções para minimização de ruído. Conforme noticiado pelo jornal Sol em agosto de 2018, a consultora Parsons, a pedido da antiga Estradas de Portugal, identificou que a resolução dos problemas de ruído passavam pela substituição do pavimento, retirando as vigas e colocando uma laje lisa, sem grelhas. Seria também necessário estabilizar a obra ao vento, colocando vigas de rigidez. A empreitada teria um custo estimado de 200 milhões de euros.

Quando questionada sobre os motivos pelos quais as obras de mitigação do ruído não avançaram, a Infraestruturas de Portugal revelou que “a proposta informal apresentada pela Parsons, no âmbito das conversações havidas, não teve sequência pela empresa uma vez que envolvia o tabuleiro rodoviário, o qual não se enquadrava no âmbito das competências da ex-Estradas de Portugal”. A empresa pública concluiu ainda que “a execução de uma empreitada estimada em 200 milhões de euros, tendo como único objetivo a mitigação do nível de ruído, foi considerada e ainda hoje se considera manifestamente insustentável numa avaliação de custo/benefício”.

Quando inquirida se as intervenções no tabuleiro da ponte seriam adiadas para depois do período de concessão, a Infraestruturas de Portugal respondeu: “desconhecemos quais serão as orientações do Governo à data da cessão do contrato entre o Estado e a Lusoponte (após 24 de março de 2030).”

Em março de 2020, a Lusoponte negou ser responsável pela resolução dos problemas de ruído na Ponte 25 de Abril, depois de a associação ambientalista Quercus ter acusado a empresa de estar em incumprimento da legislação do ruído. A concessionária reconheceu que a minimização dos níveis de ruído “obrigam à substituição do tabuleiro metálico”, uma obra “estruturante da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, IP e não da concessionária, responsável apenas por manutenções de rotina”.

Ora, o Bloco de Esquerda entende que a atribuição de responsabilidades à concessionária na minimização do ruído na Ponte 25 de Abril deve ser cabalmente esclarecida. A Lusoponte deve cumprir a lei, atualizando o mapa estratégico de ruído e elaborando o respetivo plano de ação, na linha, aliás, do que já fez para a Ponte Vasco da Gama, em que também é concessionária.

Sobretudo, importa esclarecer se a Lusoponte é responsável pelas necessárias intervenções no tabuleiro rodoviário da Ponte 25 de Abril, como indicou a Infraestruturas de Portugal. Caso se confirmem estas competências da concessionária, a implementação das medidas de diminuição de ruído não devem ser adiadas sob pena de os custos da intervenção recaírem sobre o erário público, após o fim da concessão, em 2030. A empresa deve assumir todas as suas responsabilidades. A saúde da população, o ambiente e as finanças públicas não podem estar dependentes dos interesses da Lusoponte.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. O Governo solicitou à Lusoponte a reavaliação do Mapa Estratégico de Ruído da Ponte 25 de Abril, aprovado há mais de 10 anos?

1.1 Em caso afirmativo, por que motivo(s) não foi ainda atualizado o mapa estratégico de ruído?

2. O Governo solicitou à Lusoponte a elaboração do plano de ação para a mitigação do ruído na Ponte 25 de Abril?

2.1 Em caso afirmativo, por que motivo(s) não é conhecido o plano de ação?

2.2 Quando será disponibilizado o plano de ação?

3. Que avaliação faz o Governo da ausência de ações e medidas de minimização dos níveis de ruído na Ponte 25 de Abril?

Palácio de São Bento, 14 de setembro de 2020

Deputado(a)s

NELSON PERALTA(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ISABEL PIRES(BE)

SANDRA CUNHA(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)